

# Cultura Tecnológica e Sociedade de Consumo

Prof. Gerardo José de Pontes Saraiva<sup>17</sup>

***Porque, enquanto um homem permanece entre os vivos há esperança...***

(Eclesiastes 9, 4)

Numa perspectiva histórica, chega-se à conclusão de que a dramática situação em que se encontra a atual sociedade deve-se a uma tríplice agressão que atingiu o Mundo Ocidental Moderno.

O primeiro desses abalos teve seu epicentro na França, no final do século XVIII, e passou à História com o nome de Revolução Francesa. Suas conseqüências foram de natureza predominantemente sócio-políticas e se propunha a consolidar as bases de uma democracia liberal. Em face do domínio cada vez maior do poder público — a *res publica* — procurou afirmar os direitos dos cidadãos — a *res privata*. É quando surge a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O segundo abalo sísmico teve seu epicentro na Rússia, no princípio do século XX, e passou à História com o nome de Revolução Soviética. Visava a resultados predominantemente sócio-econômicos e parecia apresentar-se como uma alternativa sedutora aos rumos capitalistas que a burguesia impusera à democracia liberal. O que se apresentava como uma revolução nas economias centrais apareceu, então, como o espectro sinistro da possibilidade de uma revolução socialista, cujo objetivo era prolongar uma democracia política com a finalidade de dar consistência concreta aos direitos abstratos proclamados pelo liberalismo. Seu resultado objetivo, principalmente no Terceiro Mundo, foi o recrudescimento

---

<sup>17</sup> O autor é Cel (Rfm) do Exército, do Quadro de Engenheiros, Mestre em Engenharia Civil e Doutor em Ciências (COPPE /UFRJ). Atualmente é Coordenador da Divisão de Assuntos de Ciência e Tecnologia da Escola Superior de Guerra.

das formas mais espoliadoras do capitalismo periférico, onde o povo foi reduzido às condições mais desumanas e arrastado para as atividades extrativistas, a fim de abastecer a demanda insaciável e predatória de matérias primas das metrópoles industrializadas.

Hoje, vive-se nos pródomos de um terceiro abalo sísmico, este de dimensões planetárias, que abala as próprias bases culturais do mundo contemporâneo. Depois de uma revolução de efeitos predominantemente sócio-políticos, e depois de outra revolução que se propunha atingir resultados sócio-econômicos, defrontamo-nos com uma revolução de efeitos predominantemente sócio-culturais, que se corporifica numa agressão cultural, caracterizada pelos impactos devastadores que a cultura<sup>18</sup> tecnológica e especialmente a cultura consumista vem exercendo, com muito maior prejuízo, sobre os países periféricos.

O afrontamento entre povos desenvolvidos e povos subdesenvolvidos é um problema absolutamente novo, criado pela cultura tecnológica e irredutível ao problema antigo da coexistência de povos pobres e povos ricos. Realmente, antes, a diferença entre desenvolvidos e subdesenvolvidos era entendida ou inculcada como diferença quantitativa. Media-se o subdesenvolvimento por meio de uma série de índices, tais como, taxas de natalidade e de mortalidade, especialmente infantil, taxa de analfabetismo, de mão-de-obra ocupada no setor primário da agricultura e extração, índice de desenvolvimento industrial, índice de consumo per capita, etc. Muitos relatórios eruditos, aparentemente desinteressados, foram feitos, sugerindo medidas econômico-financeiras, estratégias de transferência de capitais e outras, que permitiriam reduzir as diferenças, acelerando o acesso dos países subdesenvolvidos ao pleno desenvolvimento. Esse assunto chegou até mesmo a ser objeto da atenção da ONU, na década de 60. Tudo em vão, pois no final daquela década, chegou-se à conclusão melancólica de que a distância entre desenvolvidos e subdesenvolvidos nunca fora tão

---

<sup>18</sup> Estaremos empregando o termo cultura numa conotação temporal. Refere-se ao conjunto de criações de uma comunidade humana reagindo ecologicamente ao contexto espacial no qual está inserida. Como assinala Ávila, 1962, 8a ed., 1996, p. 397 (n.p.p.), é nesse sentido que o termo é usado pelos autores do trabalho *L'Originalité des Cultures*, Paris, UNESCO, 1954.

grande. Acima dos países desenvolvidos se destacavam os países superdesenvolvidos, pós-industriais, tecnocrônicos, pré-utópicos; abaixo dos países subdesenvolvidos, descobria-se a faixa sinistra dos países indesejáveis, inviáveis política, econômica, social e culturalmente.

Sem dúvida, um dos fatores que mais contribuíram para a agudização desses contrastes foi a expansão da sociedade de consumo a uma escala planetária. De fato, a sociedade de consumo tende a constituir-se num sistema integrado, pois nela tudo é orientado para garantir o crescimento do ritmo de consumo, desde o sistema educacional, até a própria organização do espaço urbano.

Sobre as sociedades subdesenvolvidas, a violência do impacto da cultura consumista se faz notar de maneira muito mais acentuada, de vez que, nelas, a cultura consumista canaliza logo para o consumo imediato, muitas vezes, supérfluo, os recursos que se deveriam acumular para os investimentos básicos, especialmente os destinados ao desenvolvimento social, para os investimentos no homem. Assim, a cultura consumista consolida e acentua as diferenças entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Por outro lado, é a cultura consumista a grande responsável pelas imensas e surdas frustrações das populações carentes, permanentemente afrontadas por uma publicidade insolente para a aquisição de bens e de serviços que elas nunca terão recursos para adquirir e utilizar. Ao visitar um amigo, há pouco tempo, e ao ver na TV, num intervalo, a propaganda de um prato apetitoso, ao comentar a frustração que aquilo poderia causar aos pobres, fui surpreendido com a afirmação de sua esposa, agente social que trabalha em favelas, de que aquilo, para eles não causava grande impacto: o que realmente eles não podiam suportar era, por exemplo, a impossibilidade de usar uma camisa da *Company*.

São essas frustrações, de resto, que alimentam a cólera popular expressa na violência que apavora hoje os grandes centros urbanos.

A sociedade moderna tem sido genericamente chamada de sociedade de consumo e tem feito jus a esse título. Mas é preciso que se explique que não é o fato de consumir que a faz ser uma sociedade de consumo, pois como já se assinalou, é um dado

acaciano: se há produção é para ser consumida. Pode mesmo ser afirmado que o advento da chamada sociedade de consumo criou um clima de expectativa eufórica, porque parecia enfatizar a destinação humana do processo econômico. À economia capitalista, febrilmente absorvida pelos interesses da produção, seguia-se uma economia de bem-estar que deslocava a ênfase para o consumo.

O que caracteriza, propriamente, uma sociedade de consumo é (a) um sistema econômico que exige um consumo cada vez maior, que cresce indefinidamente, e (b) o perfil da produção que com seus diversos itens é traçado em função da demanda, não em função das necessidades reais da coletividade. Isso acontece porque o mercado só é sensível às necessidades que se mediatizam pelo poder aquisitivo. Como esse poder é desigualmente distribuído na população, o consumo altamente suntuário de uns pode estar contíguo ao consumo de subsistência da maioria.

Para ser mantido esse consumo discriminatório, o consumidor é manipulado por uma verdadeira agressão publicitária, financiada por uma imensa massa de propaganda que utiliza processos agressivos, sutis e sofisticados.

A sociedade moderna, marcada pelas características acima resumidamente descritas, que fizeram-na merecer o título de sociedade de consumo, começa a pressentir de maneira difusa, que se aproxima de um impasse. Cada vez mais as pessoas se conscientizam de que não é mais possível manter esse ritmo de consumo, e que o sistema global começa a *ratear*, sendo cada vez mais freqüentes as advertências das mais diversas pessoas, das mais diferentes organizações, públicas e privadas, de que algo muito sério já está afetando o seu funcionamento. O conhecimento que se tem das disponibilidades dos recursos não renováveis (principalmente de petróleo) e o rastreamento feito, silenciosamente, por satélites, que apontam perspectivas não muito entusiasmantes, parecem advertir a humanidade de que não é prudente esperar por grandes surpresas agradáveis.

Não é, no entanto, nesse impasse, ou pelo menos não é somente nele, que reside a crise da sociedade de consumo. O

grande problema consiste em desmobilizar os imensos recursos econômicos e humanos comprometidos no processo de consumo. Voltando ao caso específico do petróleo, tecnicamente existem alternativas para o petróleo como combustível locomotor: desde o uso do hidrogênio como combustível não poluente, até as alternativas lúdicas, românticas até, de *andar de bicicleta* ou *passar a pé para melhor conhecer a natureza*.

Na realidade, porém, são tão intensos os interesses e recursos investidos no petróleo, que sua desmobilização teria tais custos sociais ou ela só poderia ser feita no ritmo de uma possível remobilização para alternativas viáveis.

Há dois aspectos a serem considerados. Um é que soluções lúdicas não resolvem o problema e o outro refere-se ao fator *tempo*, a cujo encargo não se pode deixar a sua solução. Não se pode esquecer de que a imaginação criadora só funciona plenamente ante o pressentimento do perigo, estimulada pela iminência do impasse. Infelizmente, porém, muitos dados existentes não nos permitem tranquilidade quanto à existência, pelo menos no grau necessário, dessa consciência.

Há um segundo aspecto dessa crise que, embora já tenha sido abordado, merece uma maior explanação. A sociedade exacerba a demanda de um superconsumo e modela o perfil dessa produção em função dessa demanda, munida de alto poder aquisitivo. O consumo de classes sociais e povos altamente desenvolvidos pesa no subconsumo de imensas massas humanas, fomentando surdas tensões sociais. Numa sociedade onde a abundância de alguns exacerba o sentimento de escassez de outros, e na qual a grande maioria contempla, entre o deslumbramento e a revolta, os privilégios da minoria afluente, os desequilíbrios tendem a aumentar. A sociedade do espetáculo exalta os charmes do *ter mais* e, pelo efeito demonstrativo, divulga no povo a imagem distorcida de uma felicidade proporcional ao nível de consumo. Sonhar os sonhos impossíveis, atingir as estrelas inacessíveis pode ser o destino e a mensagem do Homem de la Mancha, mas ninguém pode prever a violência do abalo quando o povo começa a despertar da letargia para a consciência de uma irremediável frustração.

Paulo VI alerta para alguns aspectos qualitativos que devem ser integrados nos modelos de desenvolvimento, e denuncia a violência da cultura consumista que ameaça a qualidade de vida da humanidade:

*[...] Uma outra transformação começa a fazer-se sentir, conseqüência tão dramática quanto inesperada da atividade humana. De um momento para outro, o mundo toma consciência dela: por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Não só o ambiente material já se torna uma ameaça permanente — poluições e resíduos, novas doenças, poder destruidor absoluto; — é mesmo o quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global, que poderá tornar-se insuportável. (Populorum Progressio, 25).*

João Paulo II, em pronunciamento<sup>19</sup>, comparou o consumismo às doutrinas mais danosas da história, como o nazismo, que matou seis milhões de judeus; e, em documento para a América Latina, *Ecclesia in America*, juntamente com o comércio das drogas, a reciclagem dos lucros ilícitos (lavagem de dinheiro ilícito), a corrupção em qualquer âmbito, o temor da violência, a corrida dos armamentos, a discriminação racial as desigualdades entre os grupos sociais, inclui a destruição irracional da natureza entre os pecados sociais que clamam ao céu.<sup>20</sup>

Na qualidade de vida das cidades, o problema assume proporções quase catastróficas. As reformas de natureza ambiental devem orientar-se no sentido de deter o processo que vem deteriorando, em ritmo acelerado a qualidade mesma da vida nas

---

<sup>19</sup> Vide excelente artigo de Newton Carlos, publicado no 1o Cad. do Jornal do Brasil, em 22 Fev. 99, Seção Opinião, sob o título Nada de Mudanças.

<sup>20</sup> Dom Eugênio Sales in Sabedoria de um Documento, Jornal do Brasil, 1o cad., p. 11, 27 Fev 99.

idades. A preservação de áreas verdes, a criação de espaços de lazer, o saneamento das periferias congestionadas, a legislação antipolvente são linhas viáveis de ação que haveriam de contribuir para humanização dos centros urbanos.

A sociedade atual sofre a agressão de uma tecnologia, que não foi concebida em função do homem, nem a partir da realidade do mundo subdesenvolvido. Assim, seu fruto, a civilização industrial e urbana, que perdeu o sentido da existência, é o que constitui a maior ameaça para o Terceiro Mundo e, em conseqüência, a mais decisiva batalha que se trava no campo cultural. Não se pode separar o problema cultural do problema ecológico. De vez que a tecnologia, quando escapa ao controle do homem, destrói, com um mesmo golpe, a natureza e os valores culturais.

Há uma analogia entre as reservas naturais acumuladas durante milhões de anos e as tradições resultantes de uma sedimentação milenar. As primeiras se esgotam e as segundas se decompõem em decênios pelos mesmos processos selvagens de uma sociedade industrial e urbana descontrolada. As mesmas medidas valem para reconstruir o ambiente físico e preservá-lo em seus valores permanentes.

Não se pode constituir motivo de surpresa o fato de o homem se sentir desarmado ante um problema tão global e tão complexo, ainda que relativamente recente. Mister se faz que as ciências, as ideologias, a filosofia e a teologia se dêem as mãos e nos mostrem como encarar e enfrentar esse desafio sem precedentes, definindo a missão que nos cabe a todos nós e a cada um de nós, para avançar em meio das dificuldades, esclarecendo a opinião pública e, dentro do processo democrático, compelindo o governo a tomar consciência da situação e a adotar, em todos os setores, medidas que contribuam para atenuá-la e resolvê-la.

A sociedade de consumo, em que vivemos, nos condiciona de tal modo que se nos torna difícil imaginar uma alternativa para ela, pois tudo o que se imagina a respeito parece postular subrepticamente uma sua continuidade. A sociedade lúdica de Marcuse, por exemplo, só é possível sonhar com ela, quando se está em uma bela mansão debruçada sobre o esplendor do Pacífico. Quando nos defrontamos, porém, com a crise de alimentos, com a crise de

energia, ambas em escala e abrangência universais, a solução lúdica se nos apresenta como algo de escandalosa irresponsabilidade, um verdadeiro escárnio.

Não é, pois, nesse nível que se situa o problema, mas no nível da própria cultura tecnológica, que engendrou a sociedade de consumo, hoje ameaçada de colapso: trata-se de saber se ela não é capaz de propiciar a emergência de um outro tipo de sociedade que ofereça novas formas de utilização humana a baixos custos ecológicos, novos critérios de promoção humana independentes das taxas de consumo. Posto nestes termos, o problema implica uma alternativa que, de antemão, deve ser explicitada: ela não poderá ser conseguida através de um processo regressivo que pretendesse repudiar todas as conquistas realizadas pela cultura tecnológica. A alternativa verdadeira só poderá ser encontrada no prolongamento da própria cultura tecnológica, mas reorientada por outros valores. Em outras palavras, o que está em jogo não é uma transformação social, mas uma transformação cultural; não é a mutação de regimes, ou de modelos, mas uma mutação de valores; o que está em jogo não é uma revolução social, mas uma revolução ética. Por mais contestável que seja esta posição, ela é absolutamente decisiva no encadeamento lógico das reflexões sobre a crise atual. Não se pode aceitar a objeção de que a cultura tecnológica, ela mesma, criou os meios de dominação através dos quais a sociedade de consumo manipula nossas vidas, nossa liberdade, nossos destinos; a objeção de que os meios que serviram à dominação não são aptos para libertar. A sociedade de consumo foi um episódio na evolução da cultura tecnológica, mas não se identifica essencialmente com ela e é preciso compreender que só a cultura tecnológica, hoje, pode oferecer alternativas para o colapso da sociedade de consumo. Como assinala Ávila, reduzir o problema às dimensões de uma mera transformação social, de uma mutação de sistemas, é uma posição marcada por um melancólico anacronismo. Há 30 ou 40 anos atrás, isso seria discutível, de vez que a transformação social, a revolução social, se apresentava como um objetivo concreto, em torno do qual se defrontavam conservadores, defensores de um *status quo* e



revolucionários, empreiteiros da demolição. Havia protagonistas visíveis e identificáveis.

O problema, hoje se apresenta confuso e sombrio. Não se apresenta mais um confronto nítido entre sistemas, doutrinas e ideologias; entre capitalismo e socialismo. Ambos bóiam à tona da mesma corrente de fundo, a cultura tecnológica e a sociedade de consumo, em fase de planetização. Boiando, por vezes, se aproximam e se chocam um com o outro, mas os choques são hoje menos ocasião de atrito do que oportunidades para clandestinas e inconfessáveis fecundações.

As transformações sociais ainda possíveis são intra-sistêmicas, ou seja, se reduzem a adaptações sociais, cuja importância pode ser de inegável alcance. A transformação do próprio sistema, do próprio tipo de sociedade, esta se situa em níveis mais profundos, ao nível da transformação cultural, ou seja, ao nível da aceitação generalizada de valores culturais já reconhecidos como os únicos que importam preservar em qualquer sistema: a responsabilidade, a liberdade, a dignidade da pessoa humana.

O que se espera de uma alternativa para a sociedade de consumo é que ela ofereça um modelo capaz de garantir novas formas de realização humana a baixos custos ecológicos.

Essa alternativa deve enfrentar um tríplice desafio, o primeiro dos quais não nos parece ser assustador, pois que vários tipos têm sido oferecidos: a configuração de um modelo. A dificuldade começa na resposta ao segundo desafio: a viabilidade econômica do modelo escolhido. Trata-se, como logo se vê, de um desafio técnico, o que confirma a assertiva feita acima, de que julgamos ser impossível propor uma alternativa realista que não se situe no prolongamento da própria cultura tecnológica. O difícil é constatar se tal modelo, ou modelos semelhantes como os já propostos por economistas de ponta como Paul Samuelson e Jan Tinbergen, que pressentiram o problema, podem funcionar na dimensão mundial que os problemas assumiram; modelos imunes dos percalços que ameaçam a sociedade de consumo.

A gravidade deste desafio se revela tanto maior quanto a resposta a ele incluir necessariamente o problema da absorção

progressiva do potencial desmobilizado da sociedade de consumo. E nessa desmobilização está implícita a exigência da implantação de novas técnicas de produção de bens duráveis, não destinados apenas a incentivar a rotatividade do consumo, as técnicas de reaproveitamento e reciclagem, as técnicas de controle dos dejetos e da preservação ambiental.

O terceiro desafio é sem dúvida o mais radical e o mais importante e situa-se no nível da transformação cultural: uma reorientação para novos valores. Trata-se de educar para *ser mais* e não *para ter mais*.

**A ciência e a tecnologia detêm a hegemonia do processo cultural no qual estamos inseridos. Sem qualquer pretensão a qualquer tipo de erudição, pode ser afirmado que foi no Renascimento que se iniciou o revezamento das hegemonias. A hegemonia religiosa cedeu lugar à hegemonia científica, quando começou o longo processo de laicização que hoje se consuma. No entanto, porém, a cultura científico-tecnológica não conseguiu erodir totalmente o embasamento de valores religiosos e cristãos que sustentava a cultura ocidental. Na realidade, esse processo sobrepôs a este embasamento uma nova estratificação de valores. Consolidou-se, assim, uma complexa geologia cultural de estratos valorativos paralelos e sobrepostos, geologia essa que é responsável pela crise que atravessamos.**

A tecnologia assume a hegemonia do processo civilizatório através da tecnocracia. A cultura tecnológica gera a tecnocracia, como a cultura religiosa gerou o clericalismo. Os tecnocratas se apresentam como os pontífices da nova ortodoxia, da qual um dos valores (cânones por ela engendrados), o primeiro, certamente, é o da *eficácia*. Erigida à categoria de valor, a eficácia se torna, não só uma prova *a posteriori* do equacionamento científico dos problemas, como também uma norma de moralidade. É moralmente bom o que é tecnicamente eficaz.

A eficácia transcende as fronteiras do capitalismo e do socialismo. Tanto uns quanto os outros deferem ainda à tecnologia um crédito de confiança ilimitado. Só ela é capaz de equacionar racionalmente e solucionar devidamente todos os problemas que ela criou ou contribuiu para criar.

Não concordo com os engenheiros e tecnólogos que crêem que se possam resolver os problemas com que nos defrontamos, pelo assim chamado dilema tecnológico... De minha parte, eu penso que os problemas levantados pelo avanço tecnológico são provavelmente insolúveis.  
(*Max Black*).

O dilema tecnológico, a que objetiva *Max Black* na citação acima, refere-se à idéia — bastante promovida por engenheiros, tecnólogos e cientistas, e crida ampla e acriticamente pelo público leigo — de que se você deparar uma dificuldade tecnológica, sempre poderá esperar resolvê-la inventando outro dispositivo tecnológico.<sup>21</sup> *Ele* refere-se ao axioma gêmeo que diz que, se isso é o que você pode fazer, é também isso o que você deve fazer.

A eficácia, como valor cultural, cria tipos sociais, dos quais o que já adquiriu contornos mais definidos é o que se chama o executivo. Aos executivos cabem equacionar e implementar, no nível técnico, o que se decide ao nível político.

Um segundo valor privilegiado na cultura tecnológica é a ambição do poder. Ela inspira uma ambição do poder baseada nos horizontes sociais e culturais, em que cada um está inserido, teoricamente abertos a todos, em proporção com a capacidade e o esforço de cada um, não estando mais confinada a antecedentes aristocráticos. A realização, contudo, dessa ambição tem um preço árduo, qual seja, ela exige o desempenho competitivo que obriga os indivíduos a aceitarem uma dura luta, cujo trunfo principal é a capacitação científico-tecnológica. A competição, referindo-se a modelos predominantemente quantitativos como agentes aceleradores do processo civilizatório, exacerbou-se na cultura tecnológica, provocando um esforço e uma tensão entre indivíduos e nações, daí causando um aumento indefinido de valores mensuráveis, configurando-se como a cultura do ter mais.

---

<sup>21</sup> BLACK, Max. Nothing New, in *Ethics in an Age of Persuasive Technology*, org. Melvin Kranzberg, Westview Press, Boulder, Col., 1980, pp. 26-27.

Por isso, já se denunciaram inúmeras vezes as limitações e os efeitos perniciosos de um crescimento econômico puramente quantitativo.

No que diz respeito à natureza, a cultura tecnológica incentiva a vontade de conquista, de dominação e de transformação. Este é o terceiro valor que a caracteriza e que revela o seu aspecto prometéico animado por uma nova forma de humanismo. O homem se afirma como responsável pelo seu próprio destino e pelo destino do mundo. Impulsionada por essa vontade de conquista, ele desceu aos recônditos do microcosmo e ensaiou suas primeiras vitórias sobre a gravitação. Os programas televisionados ao vivo dos passeios lunares e das proezas dos laboratórios espaciais tornaram-se rotineiros. Não dão mais IBOPE.

Baseada na premissa não explicitada da existência de recursos naturais praticamente inesgotáveis, ela possibilitou uma exploração desenfreada da natureza, a serviço de uma sociedade de consumo, que se revelou tremendamente destrutiva.

Perdendo o senso de respeito que impregnava as sociedades tradicionais, quando o homem sabia ainda extasiar-se com as belezas gratuitas, a cultura tecnológica não teve ciência da sinistra possibilidade, hoje dramaticamente pressentida, de que a natureza explorada, destruída, erodida, preparasse sua vingança final num colapso ecológico. A cultura tecnológica pelos próprios valores que exaltou tem levado a humanidade a uma possibilidade terrível: a da destruição irreparável do sistema ecológico do planeta.

A solução não está na técnica nem nos computadores, embora não se possa abrir mão de ambos.

Existem, ainda, condições de resistir às seduções do consumismo. Requer-se, para tanto, a conversão pessoal e comunitária a fim de inverter o fluxo da corrente: *a prioridade da ética sobre a técnica, o primado das pessoas sobre as coisas, a superioridade do espírito sobre a matéria.* (João Paulo II, *Redemptor Hominis*, 16).

Essa nova perspectiva é realmente profética. Numa época em que ninguém havia ainda tomado consciência do drama da destruição ecológica, João Paulo II já anunciava a sua causa: a

sujeição, a capitulação do homem a uma tecnologia que se insurge contra ele.

Sem resgatar a noção de ética, é inviável dar uma solução para a poluição, primeiro porque o problema não se resolve apenas do ponto de vista técnico; em segundo lugar, porque tem tudo a ver com padrões culturais de produção e consumo. Sem alterar essa lógica desenfreada do consumo, é impossível evitar as milhares de toneladas de poluentes que são produzidas diariamente.

*Limites do Crescimento* <sup>3</sup>/<sub>4</sub> *Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade* (MEADOWS, Dennis L.. et al., 1972) demonstra, exaustivamente, de maneira clara e irretorquível, a impossibilidade de ser mantido o atual ritmo qualitativo e quantitativo de utilização dos recursos naturais, mesmo fazendo uma prospecção para o desenvolvimento da técnica, sem que isso provoque um colapso mesmo do sistema econômico humano.

Muitos futurólogos acreditam que são necessários uma extensão e um reforço da ética, a fim de incluir valores de manutenção da vida e outros valores externos ao mercado, para que possamos diminuir o desnível entre o conhecimento técnico possuído pela ciência e a vontade dos líderes políticos de tomar decisões, a longo prazo para o bem da coletividade. A importância da *Ética da Terra* tem sido destacada. Não se sabe ainda, ao certo, como se pode estender o interesse pessoal para abranger questões globais.

Acreditamos, contudo, que quando o *estudo da casa* (Ecologia) e a *administração da casa* (Economia) puderem fundir-se, e quando a *Ética* puder ser estendida para incluir o meio ambiente, além dos valores humanos, então poderemos realmente ser otimistas em relação ao futuro da humanidade. E temos razões para isso.

Desejamos realçar que nossa proposta poderá provocar reações diversas, pois ela vai de encontro a muitos interesses, e contraria muitas ideologias. Poderá ser considerada utópica, admitimos. Afirmamos, porém, que essa utopia, se for verdadeira essa hipótese, é uma utopia que, embora diametralmente oposta à utopia marxista, não dispensa a intervenção do Estado em alguns setores sócio-econômicos em que sua presença se faça necessária.

Esta proposta prefere os caminhos transversais aos grandes eixos balizados. Salta em diagonal da técnica para as ciências sociais, tentando reconciliar estas duas irmãs tornadas, equivocadamente, inimigas; mistura num mesmo cadinho a ecologia, a engenharia e a economia, aflora princípios filosóficos, aspira a fazer surgir uma ética, se não uma antropologia. A esta aparente desordem, uma certa maneira de ver, sentir e agir tenta impôr consistência e coerência, reunindo elementos díspares numa visão de síntese.

Temos fundada esperança de que, das idéias lançadas neste trabalho, poderá resultar, no campo ecológico, uma contribuição por mínima que seja para a recuperação do *tempo perdido*, que Proust em catorze alentados volumes não encontrou.

Fazemos questão de, ao concluir, aqui deixar consignadas, *ipsis verbis*, uma muito pequena parte do texto desse notável pensador e sociólogo, o jesuíta Padre Fernando Bastos de Ávila, da Academia Brasileira de Letras, quando falando sobre transformação cultural, expressa de modo tão simples e tão elegante, e ao mesmo tempo de maneira tão profunda e realista, as necessidades a serem satisfeitas de modo que as pessoas pudessem ser felizes, realizadas, e ao mesmo tempo, fosse respeitada a natureza.

*...Ao fixar a atenção nas mais nobres expressões da grandeza humana, fica-se surpreso ao constatar quão pouco ter lhes foi necessário para ser muito. Nem outro é o sentido da mensagem da pobreza cristã. Seria ingênuo pensar que um Estado pudesse fazer um homem feliz, mas quando se pensa no problema da felicidade em dimensões populares, fica-se espantado e comovido pela humildade das aspirações através das quais se entrevê esta felicidade: a remuneração para um trabalho honesto, a aquisição de uma casa simples onde criar uma família, a estabilidade dos gêneros de primeira necessidade, a assistência médica, a escola para as crianças e, principalmente, a paz, com todas as humildes seqüências rotineiras que ela*

*permite e garante, a liberdade no respeito aos deveres próprios e aos direitos alheios, a possibilidade de acesso às formas simples e nobres do exercício do lazer, a detergência das formas mais deletérias da poluição, que são as formas da poluição moral: a impunidade da corrupção e a permissividade da impostura.* (Ávila, Fernando Bastos de. Padre, S. J., Introdução à Sociologia, 8ª Ed., AGIR, Rio de Janeiro, 1996, p. 390).